

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação
Básica
23 a 25 de julho de 2017**

**GT04 O Ensino da diversidade na Sociologia do Ensino Médio:
estratégias para educação de gênero e relações étnico-raciais
na escola**

**ENSINO DE DIVERSIDADE E GÊNERO NA ESCOLA:
CONTRIBUIÇÕES DA ESPECIALIZAÇÃO GÊNERO E DIVERSIDADE
NA ESCOLA-GDE PARA O ENSINO MÉDIO EM GOIÁS**

**Sullivan Charles Barros
Universidade Federal de Goiás - UFG**

Introdução

O presente artigo propõe-se a apresentar um panorama de desafios na formação continuada de professoras e professores de Sociologia do Ensino Médio, a partir da experiência do curso de especialização em Gênero e Diversidade – GDE no estado de Goiás. Trata-se de um terreno arenoso, que se constitui em torno de construções ainda muito naturalizadas, objeto de tabu, silenciamento e portanto, pouco debatidas no cotidiano escolar.

O fato é que embora a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), assegure o direito à escola a todas as pessoas (brasileiras ou estrangeiras residentes no país), sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos, o Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172), foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero e orientação sexual.

Entre 1989 e 1992 diversas iniciativas esparsas pautaram debates e reflexões sobre corpo, sexualidade, gênero, identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar, ressaltando a necessidade de se trabalhar tais temas, de modo que não fosse restrito às aulas de Ciências. Cursos dirigidos a professores/as, jovens e crianças, incentivavam atitudes críticas e transformadoras em relação às questões de gênero e aos temas da sexualidade desenvolvendo o questionamento acerca da naturalização de determinadas construções sociais¹. Mas ainda assim, o debate permaneceu restrito a algumas demandas específicas.

Contudo, não é de hoje o envolvimento dos movimentos sociais nas temáticas de gênero e diversidade no espaço escolar; sobretudo, considerando que discriminação, racismo, sexismo, homofobia, miséria, fome e as diversas formas de violência sempre pautaram a ação e a interlocução de tais movimentos na sociedade. Com o passar do tempo estes e outros setores da sociedade percebem cada vez mais o papel estratégico da educação para a diversidade, bem como a necessidade de se incorporar o debate de Gênero e Diversidade na formação de professores/as como o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático.

A vivência escolar é uma realidade multifacetada em suas diferenças e nuances e infelizmente, a escola ainda se apresenta como um espaço constituído através da discriminação e da violência, práticas que marcam seu cotidiano.

¹ Segundo Ribeiro (2012), entre 1989 e 1992, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo lançou cursos de formação de professores/as em que pela primeira vez, gênero e sexualidade foram tratados de modo crítico, saindo de um âmbito conservador (ligado a uma educação sexual disciplinadora e aos valores conservadores).

O Estado democrático de direito assegura o reconhecimento da pluralidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça e a garantia “universal” dos direitos humanos. Ao assumir sua responsabilidade em relação ao resgate das dívidas sociais, dentre elas a educacional, precisa dialogar intensamente com esses atores a fim de desenvolver políticas públicas efetivas e duradouras.

A educação neste contexto, tem a obrigação de tornar-se uma ferramenta política emancipatória, que deve se propor a superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. E a escola, neste sentido, deve tornar-se um espaço de socialização para a diversidade. Esta, ocupa o espaço escolar em dois sentidos: primeiramente, pela presença concreta, pois mulheres, negros, deficientes, indígenas, idosos, estrangeiros, homossexuais, travestis, dentre inúmeros outros segmentos identitários devem ter o direito de frequentá-la e; em segundo lugar, pelo compromisso político que fundamenta a educação como um bem público, o que significa que a igualdade deve ser um valor fundamental ao ensino.

Neste sentido, o texto se divide em três partes. Na primeira, são colocadas as questões referentes a diversidade, e mais propriamente, ao debate teórico de gênero e sexualidade, com que educadores hoje se confrontam no espaço escolar; na segunda, tratamos da experiência em se ofertar a especialização Gênero e Diversidade na escola através da UFG Regional de Catalão; na terceira e última, tratamos dos desafios teóricos-metodológicos da educação à distância e do ensino de Gênero e Sexualidades através da experiência, enquanto professor formador integrantes destes módulos e os impactos nas aulas dos alunos cursistas (professores do Ensino Médio), sobretudo, em aulas de sociologia.

O debate teórico em torno de gênero e sexualidade.

Os estudos de gênero e de sexualidades representam uma oportunidade muito bem-vinda de valorizar outras perspectivas – coerente com a importância dada na epistemologia feminista e *queer* à natureza sempre parcial e situada dos acontecimentos, que devem ser vistos como contextualizados historicamente. A partir da década de 1980 acontece no Brasil um *boom* de estudos sobre mulheres nos diversos centros acadêmicos. Mas é somente nos últimos anos que o desenvolvimento desta área de estudos vem cumprindo a função de inserir gênero em uma perspectiva relacional e em diálogo com as diversas teorias feministas e *queer*.

Estas “novas” perspectivas tendem a uma reflexão sobre a participação de homens e mulheres e o lugar do feminino e do masculino nos estudos de gênero e *queer* na necessidade de um diálogo sem busca de verdades absolutas,mas que se propõe a reivindicar o lugar esperado que mulheres e homens devem ocupar em nossa sociedade, a saber, um lugar de transformação de desigualdades em equidade nas relações de gênero, sexuais e outras. As feminilidades e as masculinidades passam a ser compreendidas como produtos de interações sociais entre homens e mulheres, entre mulheres e outras mulheres, entre homens e outros homens, ou seja, as feminilidades e as masculinidades são identificadas como expressões da dimensão relacional de gênero e da sexualidade (que apontam expressões, desafios, desigualdades, rupturas, resistências).

O debate sobre as relações de poder que inscrevem feminilidades e masculinidades no contexto da sociedade brasileira bem como os dispositivos de resistências em face a estes modelos normativos e “naturalizados”, torna-se de fundamental importância, incluindo também esta discussão no campo de estudos sobre educação visto que a função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço para a promoção da diversidade e da cidadania (Louro, 2013).

A discriminação opera na desqualificação do outro, face a determinados padrões construídos socialmente que tendem a privilegiar determinadas identidades em relação a outras, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais. Entende-se a prática discriminatória como a valorização de determinadas diferenças (identificadas como “normais”, “naturais” e, portanto, hegemônicas) de modo a promover desigualdades e prejuízos para aqueles que não se encaixam nestes modelos pré-estabelecidos.

Gênero e Diversidade na Escola – GDE

No campo da formação continuada, destacamos uma experiência que vem apresentando bons resultados: o Curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE, oferecido na modalidade de ensino à distância e em grau de especialização *lato sensu*. Em Goiás o curso foi proposto por um grupo de pesquisadoras/es da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, a partir do Grupo de Pesquisa Diálogos –Estudos Interdisciplinares de Gênero, Cultura e Trabalho .

A experiência do GDE em todo o Brasil, tem se destacado como uma política pública que envolve professores/as universitários, professores/as da rede pública de educação e aluno/as do ensino fundamental, médio e superior em torno de estudos e discussões de temas transversais da educação, buscando articular as diversidades de gênero, sexualidade e de

raça/etnia. No caso de Goiás não está sendo diferente, visto que foi identificado pela equipe do Diálogos/UFG/RG, não apenas uma grande demanda para a discussão das temáticas propostas por este curso, como também uma angústia dos/as profissionais da educação quanto à aquisição de conhecimentos e ferramentas que auxiliem no tratamento dessas temáticas no cotidiano escolar e da sala de aula (Freitas, 2012).

O curso de Gênero e Diversidade na Escola – GDE, no campo da educação continuada, é considerado atualmente uma das principais e mais bem sucedidas políticas públicas dentre aquelas que visam promover uma cultura de respeito, a garantia de direitos humanos, a equidade étnico-racial, sexual e de gênero e valorização da diversidade.

Segundo dados do MEC/SECAD *et alli*, o GDE parte do seguinte pressuposto:

A escola, por seus propósitos, pela obrigatoriedade legal e por abrigar distintas diversidades (de origem, de gênero, sexual, étnico-racial, cultural etc.), torna-se responsável – juntamente com estudantes, familiares, comunidade, organizações governamentais e não governamentais – por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Educar para a valorização da diversidade não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado (GDE, 2009, p. 31).

Segundo dados do projeto acadêmico do GDE oferecido pelo grupo Diálogos da UFG e enviado ao Ministério da Educação em resposta ao edital de ensino a distância na área de gênero, no segundo semestre de 2008 o curso teve e continua tendo até o presente momento, como objetivo geral a formação continuada de profissionais da educação para atuarem na Educação Básica. Seus objetivos específicos são: a) contribuir para a promoção da inclusão digital – aprendizado de novas tecnologias – por meio de conteúdos transformadores das culturas discriminatórias de gênero, racial-étnica e de orientação sexual no país; b) desenvolver a capacidade dos/as professores/as da Educação Básica da rede pública de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, índios e índias, mulheres, homossexuais, travestis e transexuais, dentre outros grupos discriminados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável; c) contribuir para a formação de profissionais em educação, em especial professores/as da Educação Básica, capazes de produzir e estimular a produção dos alunos e de alunas nas diferentes situações do cotidiano escolar, de forma articulada à proposta pedagógica e a uma concepção interacionista de aprendizagem.

Desafios teóricos-metodológicos da Educação à Distância e do Ensino sobre Gênero e Sexualidades: experiências de professores e alunos cursistas

É possível afirmar que as diferenças em nossos contextos sociais unem e desunem; elas são fontes de conflitos e de manipulações sócio-econômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação de etnocentrismos, ponto de partida para a construção e a reprodução de estereótipos e preconceitos diversos.

A diversidade possui na sua essência, a idéia, ou ideal, de uma coexistência harmônica entre grupos étnica ou culturalmente diferentes em uma sociedade plural. O debate central da diversidade: como incorporar a diferença que faz diferença?

O processo de compreensão do outro envolve obrigatoriamente uma comparação com a nossa visão de mundo. A inteligibilidade do outro depende de nossa própria compreensão humana. Nossa identidade é construída somente a partir das interlocuções com os outros. Os conflitos sociais são essencialmente baseados numa luta por reconhecimento social e que esta luta é o motor das mudanças sociais e, conseqüentemente, do processo de aprendizado da sociedade.

As construções racistas, machistas, homofóbicas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. Uma escola que respeita a diferença é uma escola pluralista que ensina a viver em uma sociedade que também é heterogênea. Há uma grande incompreensão acerca das diferenças e do outro.

É aqui que se coloca a necessidade de reconhecimento, tendo como parâmetro a necessidade de convivência entre os diferentes, ou seja, a tolerância. A busca pela igualdade resulta também na busca pela diferença – o direito de ser igual quando a diferença inferioriza e o direito de ser diferente quando a igualdade descaracteriza e, assim, igualmente leva à inferiorização. Neste contexto, assumir a diversidade como problema e como prática pedagógica implica respeitar e lutar por considerar “normal” que haja diferenças entre os/as alunos/as. Dar igualdade de oportunidades não é dar a todos/as a mesma coisa, mas sim possibilitar a cada um/a condições necessárias para poder continuar aprendendo.

O módulo “Gênero”

Trazer a discussão de gênero para os cursistas do GDE foi um grande desafio na medida em que o curso de constitui através da pluralidade de sujeitos oriundos de diferentes experiências, vivências e praticas cotidianas. Evidentemente os dilemas referentes a gênero e

diversidade que perpassam diferentes salas de aula Brasil afora abarcam semelhanças. E contingências também.

Inclusive contingências que extrapolam o âmbito da instituição escolar e assentam-se em outros espaços. Longe de ser um público homogêneo, estávamos lidando com funcionários públicos de outras instituições não escolares (policiais, técnicos administrativos), profissionais liberais, donas-de-casa, gestores e militantes de movimentos sociais. Como um curso que tematiza a diversidade deveria abarcar a própria diversidade que o constituía?

Movida por este dilema, a primeira tarefa foi esquadrihar um cronograma de trabalho relativamente acessível, sem que no entanto, se esvaziasse diante da heterogeneidade; algo que ao mesmo tempo em que abarcasse os conceitos e epistemes referentes ao tema em sua devida profundidade, pudesse também consubstanciar-se na prática e na própria ontologia dos sujeitos-cursistas. Isso porque qualquer desconstrução só é realizável quando os componentes que a permeiam afetam e refletem diretamente os envolvidos e suas práticas. Para tanto, é preciso que estes últimos sejam retirados de sua zona de conforto através provocações que possam instigar:

mudanças de olhares e de visão de mundo sobre aspectos fundamentais à compreensão conceitual, a respeito de como se posicionar, e sobre como viver a experiência de construir igualdade na prática cotidiana (...) com fins a desconstruir a heteronormatividade em seus sistemas de violência de gênero (Cabral & Minella, 2009 citado em Freitas, 2010.).

O módulo se constituiu de três unidades eixos, cada qual dividida em subtemas que convergiam com um fórum de discussão pautado pelo conteúdo de textos, artigos científicos, filmes (ficção ou documentários) e reportagens. Estes dois últimos recursos foram mediadores entre o aporte conceitual e a realidade empírica, engatilhando também vivências e experiências outras dos sujeitos-cursistas na construção do saber.

Assim, a primeira unidade, mais conceitual e teórica, tratou mais estritamente do conceito de gênero. Encabeçada por uma pergunta-provocação (“O que devo ao feminismo?”), privilegiou-se uma abordagem sócio histórica do conceito tanto em suas relações com os movimentos sociais em geral (e mais estritamente com o movimento feminista entre as décadas de 50 e 70) quanto com as reflexões trazidas por Marx e Engels (em “A origem da família da propriedade privada e do Estado”) e pela Antropologia sobre uma suposta subordinação universal feminina. Procurou-se mostrar que grande parte das associações culturais que permeiam nosso imaginário social nos dias de hoje (e mais propriamente o espaço escolar) foram pressupostas a partir de um determinismo biológico que constituiu parte do imaginário social sobre a mulher a partir do século XVIII, quando estas

foram o repositório de leis naturais onde apareciam associadas a seus corpos e a esfera da reprodução, da criação de filhos, da domesticidade e da emotividade, enquanto os homens foram associados e definidos por seus atos sociais. (Rosaldo, 1979, Ortner, 1979).

Estas associações permeiam nosso imaginário social até os dias atuais e estão enraizadas em nossas práticas cotidianas, em nossas construções de masculinidades e de feminilidades e no cotidiano escolar. Assim, a Unidade II do módulo abarcou estas questões buscando refletir de que forma somos socializados dentro de um gênero e impelidos a pertencer a ele. Através de filmes como “Minha vida em cor-de-rosa” e “Billy Eliot” e “O sorriso de Monalisa”, tangenciou-se uma reflexão a respeito dos critérios constitutivos de cada um dos gêneros.

Tais construções também foram problematizadas na instituição escolar, este um espaço produtor de diferenças onde vigoram símbolos e códigos que a todo momento informam os devidos lugares de seus sujeitos, separando, classificando e excluindo. (Louro, 1997). Diferenças que se exprimem também na divisão do trabalho social onde a feminização do trabalho docente se insere como um fenômeno expressivo das habilidades consideradas “naturais” às mulheres, ou seja, aquelas ligadas ao cuidado e a educação de crianças, mais propriamente a reprodução da esfera social.

Na unidade III privilegiou-se o debate a respeito de práticas pedagógicas não discriminatórias que, alinhado a uma atividade avaliativa em que os cursistas deveriam fazer uma intervenção em sala de aula, estimulou o pensamento crítico a respeito da prática educacional em sala de aula, privilegiando os cursistas como sujeitos de suas próprias práticas e saberes.

Este foi o conteúdo do módulo. Em relação ao processo de aquisição de conhecimento e de construção dos saberes, como foi dito anteriormente, desde o início do módulo a proposta foi a de deslocar os sujeitos de sua zona de conforto, buscando desconstruir as associações de gênero naturalizadas em nossa sociedade através da mediação entre a epistemologia e a ontologia dos sujeitos. Na prática, grande parte desta desconstrução foi pautada por um esforço contínuo em demonstrar que em nosso imaginário social gênero (comportamento expresso em feminilidade e masculinidade), sexualidade (orientação afetivo-sexual para pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto) e anatomia (componente físiológico), três elementos diferentes, são apropriados como uma síntese de gênero. É exatamente nesta apropriação de elementos diferentes para designar uma só coisa que reside grande parte de nossos “problemas de gênero” (Butler, 2003). Assim, em nossa cultura, qualquer desalinhamento destes compostos que na realidade perfazem o dispositivo da

heteronormatividade faz com que determinados indivíduos sejam considerados “ininteligíveis” ou pior, “anormais”².

Os resultados desta estratégia foram bastante positivos. Houveram resistências, claro. Sobretudo, resistências enraizadas em juízos éticos, morais, e religiosos, que se confrontavam diretamente com o conteúdo do curso, como revela a escrita de um cursista a respeito de uma reportagem sobre um mecânico que se vestia com roupas femininas (expressão de gênero feminina), cuja sexualidade não é revelada; porém sabemos através da reportagem, que este não é transsexual.

É um tanto complexa a atitude do Max (crossdresser) e para ser sincero não vejo nenhuma vantagem ele se expor dessa maneira. Parece que agora tudo é desconstrução de conceitos, porque a realidade agora é outra. Eu não entendo qual o interesse deste rapaz andar de roupas de mulheres. Uma coisa é ter que alimentar seus desejos e vontades, outra é se expor ao ridículo. Sei que ele tem suas vontades, sei que isso pode ser fruto das relações sociais dele. Agora! Achar que todos vão parabenizar por suas atitudes em uma sociedade completamente conservadora para algumas questões da vida, isso é falta de sensatez. (Cursista, homem, professor no Ensino Médio, área de Sociologia)

Mas se uma parte deste saber se constrói através da constatação das diferenças e se dá através de resistências e do medo de tudo aquilo que se revele ambíguo ou ininteligível, outra parte dele se faz através do reconhecimento do Outro em suas semelhanças e na proximidade de experiências, como revela as falas a seguir.

*Desde criança fui humilhada e criticada pela minha altura e por gostar de brinquedos masculinos. Na verdade fui criada com primos homens, só eu de mulher, então me adaptei a questão de brincar o que eles brincavam...tanto que ganhei uma boneca uma vez e chorei muito, meu avô pegou o presente e trocou por um carrinho de polícia igual a dos meus primos... Com relação as brincadeiras nunca fui criticada em casa ou pelos parentes, **apenas na escola fui criticada**. Até hoje não sou muito delicada, gosto de exatas, de situações rápidas, não consigo trabalhar artesanal ou coisas que exigem muita paciência. Só não sei se isso foi por ter convivido mais com homens na infância do que com mulher... Não gosto de bonecas, amo carrinhos. Gosto de salto alto e não uso rasteirinha no dia a dia...tudo isso pra dizer que sou um pouco de tudo, e nem por isso*

² Heteronormatividade: sistema de controle e regulação social dos desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero, que admite como normal, aceitável ou saudável somente o que se ajusta ao par binário masculino/feminino. Dentro disso, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à homossexualidade.

deixei de ser mulher... (Cursista, mulher, professora do Ensino Médio, Área de Sociologia, GDE, 2013-2014)

O que meninos e meninas podem e não podem são construções de valores em cima de preconceitos e crenças infundadas. Vejo meu filho que quando vai na casa da prima, pega a boneca dela, e minha sobrinha quando vem em casa pega o carrinho do meu filho para brincar. Não vejo onde um brinquedo pode estimular uma criança na criação de futuros desejos por alguém do mesmo sexo. Ontem me lembrava que quando criança eu tinha ursinhos, diário cor-de-rosa e coisas do tipo. Não me lembro de fazer relação nenhuma destes objetos com relacionamento amoroso. (Cursista, homem, Professor do Ensino Médio, Área de Sociologia, GDE 2013-2014)

O módulo “Sexualidade e Orientação Sexual”

O módulo “Sexualidade e Orientação Sexual” constituiu-se como um grande desafio. As leituras sugeridas, bem como os temas propostos nos foruns de debate, propuseram a incitar os/as cursistas a trabalharem com desconstruções e enunciados, testando-os nos diversos campos de saberes e a partir das Ciências Sociais. Com isso, emergiu uma nova forma de pensar os sujeitos fora dos limites impostos por determinada cultura, em um dado momento.

Apesar do esforço na caracterização das identidades de gênero e sexuais como identidades flutuantes, a proposta do curso não se pretendeu instauradora de um novo projeto de sujeito. Apenas propomos o debate sobre as possibilidades de evidenciarmos e compreendermos o caráter cultural e não-fixo destas identidades e sugerirmos a multiplicação de novas formas de construção identidades de gênero e sexualidades.

Mesmo com o surgimento de grupos gays e lésbicos de afirmação da identidade homossexual, tema que também foi bastante discutido no curso, as posições de sujeito permanecem com restrições em relação aos seus contornos e limites. Assim, também foi discutido que as identidades sexuais passaram a ser questionadas por não abarcarem toda a complexidade e pluralidade das possíveis formas de manifestação da sexualidade.

Outra discussão proposta neste módulo disse respeito a construção discursiva da sexualidade como forma de desestabilizar os binarismos conceituais e linguísticos imbricados em nossa cultura (homem/mulher, heterossexualidade/homossexualidade, etc.). Esse exercício de desconstrução permitiu que, ao serem fragmentados, cada um desses pólos de desconstrução da oposição heterossexualidade/homossexualidade é possível identificarmos sujeitos que serão classificados pela normativa social como abjetos, ou seja, aqueles que

escapam das normas regulatórias estabelecidas por uma sociedade. A importância desses sujeitos residiria no fato de que eles demarcariam as fronteiras para os corpos que “materializam” a “norma”, para os corpos que realmente “importam”³.

Por fim, outro debate proposto discorreu sobre a questão da homofobia da dimensão que este fenômeno constitui-se como ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro, pois promove a desigualdade entre os indivíduos em função de seus desejos, encoraja a rigidez dos gêneros e favorece a hostilidade ao outro. Como problema social, foi apresentado no curso que a homofobia deve ser considerada um delito suscetível de sanção jurídica.

Foi ressaltado também pelo curso que a escola é um dos aparelhos mais eficientes no controle das sexualidades e dos corpos. Mesmo sabendo que existem várias formas de vivenciar o gênero e a sexualidade, as/os educadoras/es norteiam suas ações com base em um padrão para o qual haveria um único modo “normal” de masculinidade e feminilidade e uma única forma “sadia” de desejo sexual (o heterossexual). Sair desse esquema, é transgredir, desconsertar e desestabilizar os pares estratégia necessária para a consolidação de uma política desconstrucionista para a educação.

Considerações Finais

De tudo o que foi dito, duas questões se colocam. A primeira dela é referente ao formato do curso e diz respeito aos dilemas e desafios do ensino a distância. Como esta experiência tem sido recente no cotidiano de muitos de nós, alunos e professores, um dos grandes desafios tem sido desenvolver novas estratégias de interação em sala de aula, bem como estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem que sejam inovadoras e se constituam de forma positiva para os cursistas.

A segunda questão diz respeito mais propriamente a formação de educadores/as e a aplicação destes conhecimentos em sala de aula. Seria fácil falar de gênero, sexualidade, orientação sexual? Seria possível ensinarmos a professores/as lidarem com estas questões em seu cotidiano escolar?

O ponto crucial do debate proposto pelos módulos “Gênero” e “Sexualidade e Orientação Sexual” do curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE foi buscar a construção da percepção e reflexão de que tanto o gênero quanto a sexualidade e a orientação sexual

³ Termo elaborado pela teórica feminista e *queer* Judith Butler para designar sujeitos que estão alinhados as “normas” sociais.

devam ser compreendidos como formas de ser/estar no mundo e que a sala de aula deve-se tornar, cada vez mais, um espaço de respeito e reconhecimentos das diferenças

A tarefa não é fácil. A promoção da diversidade como valor é a condição que viabiliza o surgimento do novo, do respeito e do reconhecimento de tod@s. Para isso, é necessário ir além da constatação de que somos todos/as diferentes, localizando e corrigindo as distorções para que sejam eliminados os mecanismos produtores de desigualdade.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FREITAS, Eliane Martins, (2012). *O curso Gênero e Diversidade na Escola e a formação continuada*. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Florianópolis/SC: UFSC. Disponível em: <<

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278254554_ARQUIVO_OCursogeneroeDiversidadenaEscolaeformacaocontinuada.pdf>>, Acesso em: 15 nov.2014.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar da diferença In: *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. “Pedagogias da Sexualidade” In. LOURO, Guacira Lopes (Orga.) *O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

ORTNER, Sherry. *Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura ?* In. ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise orgs., *A mulher, a cultura e a sociedade*, Rio, Paz e Terra, 1979)